PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal do Rio Formoso - PE, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**. O suporte para apoio tecnológico, estará disponível no site http://www.licitardigital.com.br Em que constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços consignado em Ata para a eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos não continuados de locação, montagem, instalação, manutenção (preventiva e corretiva diária) e posterior desmontagem de Ornamentação Urbanística e Cenográfica Temática, alusiva às festividades de Natal e Réveillon do Município de Rio Formoso (PE), conforme especificações e exigências contidas no Edital e Termo de Referência, anexo ao presente instrumento convocatório. O Pregão será conduzido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 074/2025, e será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos Municipais que regulamentam o tema em âmbito local, e demais normas pertinentes.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, de forma online por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, designado por ato da autoridade competente, denominado Agente de Contratações, na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo http://www.licitardigital.com.br (Provedor)

1.3. **INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS**: às 13:00 do dia 13/11/2026

1.4. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: às 08:00 do dia 27/11/2026

1.5. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA**: às 09:00. do dia 27/11/2026.

1.6. **MODO DE DISPUTA**: para fins de realização da fase de lances, será adorado o modo de disputa **ABERTO**.

1.7. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**: Observado o prazo legal, o Licitante poderá formular consultas e pedidos de esclarecimentos **EXCLUSIVAMENTE** através da plataforma eletrônica http://www.licitardigital.com.br, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública. A Administração responderá aos pleitos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.8. **LOCAL DO PREGÃO**: em ambiente virtual com apoio da plataforma http://www.licitardigital.com.br. Na oportunidade de realização da sessão pública, a equipe reunir-se-á na sala da comissão de licitações, na Rua Barão do Rio Branco, 153 – Centro - CEP 55.570-000, Rio Formoso/PE.

1.9. Agente de Contratação (Pregoeiro): Alef Gomes Monteiro - Equipe de Apoio: Robério Melo de Oliveira e Tatiana Carla Araújo da Paz, conforme Portaria nº 074/2025.

1.10. O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

1.11. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública obedecerão, obrigatoriamente, ao horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.12. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

1.13. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada da sessão.

1.14. Os prazos para o encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas, salvo disposição em contrário no sistema.

1.15. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

1.16. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada da sessão pública, através do Sistema http://www.licitardigital.com.br.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de preços consignado em Ata para a possível contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos não continuados de locação, montagem, instalação, manutenção (preventiva e corretiva diária) e posterior desmontagem de Ornamentação Urbanística e Cenográfica Temática, alusiva às festividades de Natal e Réveillon do Município de Rio Formoso (PE), conforme especificações e exigências contidas no Edital e Termo de Referência, anexo ao presente instrumento convocatório.

2.2. O objeto será julgado por **LOTES**, conforme descritivo constante no Termo de Referência.

2.3. Considerando a natureza do objeto, a relação contratual extingue-se com a consecução integral da desmontagem de todas as estruturas e com a entrega do espaço público limpo e desobstruído.

2.4. Os itens que compõem o objeto de que trata este edital deverão atender rigorosamente às especificações, aos quantitativos máximos e aos detalhamentos técnicos constantes na matriz de produtos do **Anexo I – Termo de Referência**, que faz parte integrante e inseparável deste instrumento convocatório para todos os efeitos legais

2.5. Será adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DAS VEDAÇÕES

3.1. DOS PARTICIPANTES

3.1.1. Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes que detenham em seu contrato social atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam a todos os requisitos e exigências deste edital e seus respectivos anexos, bem como que possuam/estejam com credenciamento regular no portal do http://www.licitardigital.com.br.

3.1.2. Os licitantes organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.1.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.4. Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio.

3.1.4.1. A vedação à participação em consórcio justifica-se tecnicamente em virtude do elevado risco estrutural e elétrico inerente ao objeto. A atuação fragmentada de empresas distintas na montagem das mesmas estruturas (aço/iluminação) geraria conflito de instalações, sobrecarga nos quadros elétricos e anularia a eficácia do sistema de proteção (NR-10), impossibilitando a unificação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o evento, sendo o Lote Único a medida mais vantajosa e segura para a Administração.

3.1.4.2. Ademais, o fracionamento inviabilizaria a responsabilização legal e a exigibilidade da garantia de assistência em caso de reinfestações, sendo o agrupamento centralizado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) a medida mais vantajosa e segura para a Administração.

3.1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e nos artigos 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas mantenedores da plataforma, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O impedimento de que trata a alínea "d)" do item anterior, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "b)" e "c)" do item 3.2.1, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nas alíneas "b)" e "c)" do item 3.2.1, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto

executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A vedação de que trata a alínea "h)" do item 3.2.1 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

3.9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos

3.9.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.2.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.9.2.2. O Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

3.9.2.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

3.9.2.4. O Licitante que se manifestar de acordo com o item precedente e vier a ser inabilitado por falta de documentação e/ou por apresentar documentação falsificada, deverá estar ciente de que poderá ser aberto processo administrativo.

3.9.2.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.9.2.7. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.9.2.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.2.9. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.9.3. Em observância ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens deste certame cujo valor estimado final não ultrapasse **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** serão de participação **EXCLUSIVA** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP);

3.9.4. Para os itens cujo valor estimado ultrapasse **R$ 80.000,00**, a licitação será de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, garantindo-se, contudo, às ME/EPPs os benefícios de tratamento favorecido e diferenciado, nos termos da lei.

3.10. A assinalação do campo "não" no sistema eletrônico para a condição de ME/EPP não impedirá a participação no certame, produzindo apenas o efeito de o licitante renunciar ao direito ao tratamento favorecido.

3.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.12. Caberá ao Licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido.

4.5. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até à abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, o qual obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado registrar valor superior a lance já ofertado pelo próprio fornecedor no sistema.

4.11. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observando as disposições deste Edital.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta na qual deverá constar a descrição do objeto, as quantidades e o valor, que deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 2 (duas) casas decimais para o valor unitário e total, até à data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

5.2. Na proposta deverá ser expressamente declarado que estão inclusos todos os custos com impostos, seguros, transportes, garantias, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outras despesas relacionadas com a execução do objeto.

5.3. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.3.1. Valor unitário (R$/m^2) e Valor total do serviço ofertado;

5.3.2. A inclusão de todos os custos com locação, mão de obra, tributos, fretes, EPIs e emissão de ART/RRT;

5.3.3. O compromisso de utilizar materiais que atendam às especificações de segurança do TR, incluindo iluminação em LED com índice de proteção mínimo IP65/IP67 e materiais cenográficos com tratamento hidrofugante e antichamas;

5.3.4. A garantia técnica de manutenção diária por meio de Equipe Técnica de Prontidão;

5.3.5. Descrição do objeto, contendo as metodologias de aplicação em estrita conformidade com as exigências do Termo de Referência;

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus estritos termos, bem como de empregar os saneantes domissanitários e equipamentos de aplicação com as qualidades e registros adequados à perfeita prestação dos serviços, promovendo, quando requerido, o imediato repasse ou reforço das aplicações químicas.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas, gerando as seguintes consequências: fixação de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. As licitantes que não atenderem rigorosamente esta condição serão **DESCLASSIFICADAS**.

5.12. As empresas que identificarem suas propostas no Sistema Eletrônico, ressalvadas as condições legalmente admitidas, serão sumariamente desclassificadas.

6. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) Coordenar e orientar os trabalhos da equipa de apoio;

b) Responder às questões e aos pedidos de esclarecimento formulados pelos licitantes, relativos ao certame;

c) Abrir as propostas de preços;

d) Analisar a aceitabilidade das propostas;

e) Desclassificar propostas, indicando e fundamentando expressamente os motivos;

f) Conduzir os procedimentos relativos à etapa de lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) Verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;

h) Declarar o vencedor do certame;

i) Receber, examinar e instruir os recursos, decidindo pela sua reconsideração ou procedendo ao seu encaminhamento à autoridade superior competente;

j) Elaborar a ata da sessão pública;

k) Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicação, homologação e autorização da contratação;

l) Propor a instauração de processo administrativo para a apuração de irregularidades, visando a aplicação das penalidades previstas na legislação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item/lote, conforme dispuser o Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 1,00 (um real)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**FECHADO E ABERTO**", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também do seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429/1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.1.5**Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação neste Edital e nos seus anexos, observado o disposto na legislação vigente.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. contiver vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de aquisição bens ou contratação de serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.8, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências pelo pregoeiro para que a empresa comprove, de forma objetiva, a exequibilidade da sua proposta.

8.11. Erros materiais no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação sumária. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço global e que se comprove que o valor é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao estrito cumprimento das especificações do objeto (avaliação de conformidade técnica e marcas), poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante.

8.13. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar que comprove documentalmente o atendimento às exigências técnicas de segurança, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Se a proposta não for aceita por não cumprir as exigências (como o fornecimento de equipe técnica ininterrupta e as normas NR-10/NR-35), o Pregoeiro analisará a proposta subsequente.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser total ou parcialmente substituída pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Município, ou por registro cadastral emitido pelo portal provedor do sistema (http://www.licitardigital.com.br) e/ou outros registros públicos correspondentes, desde que efetuados em obediência à Lei nº 14.133/2021 e cujas certidões se encontrem perfeitamente válidas no momento da verificação.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital, mediante envio pelo sistema eletrônico, em resoluções legíveis. Somente haverá a necessidade de comprovação mediante apresentação dos documentos físicos originais quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8.1. O licitante deverá apresentar no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, bem como declaração de que a sua proposta engloba a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas vigentes.

9.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos registros cadastrais supracitados, ou que se encontrem com a validade expirada, deverão ser enviados pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar por meio do sistema eletrônico, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada, contado da convocação do Pregoeiro no chat da plataforma

9.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte (ME/EPP) somente será exigida para efeito de adjudicação e contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação,

pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

9.10.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.12. Nos casos em que a Administração tenha acesso vinculado ao sistema <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, a habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.12.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

9.13. Nos casos em que a análise dos documentos tenha sido realizada pelo SICAF, os documentos nele contidos, e a comprovação da sua existência deverá ser anexada na plataforma onde se realiza o processo, com vistas a viabilizar a apreciação por todos os participantes.

9.14. A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação e a equipa de apoio poderão sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.5.

9.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento (inversão de fases) e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DAS COMPROVAÇÕES PARA HABILITAÇÃO

10.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4. O licitante temporariamente arrematante deverá, para fins de habilitação, encaminhar exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos a seguir, encerradas as fases de lances e julgamento da proposta;

10.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.5.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.5.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.5.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.5.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.6. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.7. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.7.1. Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

10.7.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.7.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.7.3.1. Nos casos em que na comarca jurisdicionaria da sede da licitante, não tramitam mais processos físicos, deverá ser comprovada a condição de regularidade, acerca da inexistência de feitos sob falência, concernentes ao CNPJ da proponente, nos termos e condições estabelecidos em regulamento do órgão competente

10.7.4. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Graus emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tjpe.

10.7.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigidos na forma da Lei;

10.7.5.1. caso de a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no subitem 10.9, limitar-se-ão ao último exercício social;

10.7.5.2. apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último Balanço Patrimonial, devidamente assinado por profissional contábil, atestando a boa situação financeira da empresa:

PG = Liquidez Geral – igual ou superior a 1
SG = Solvência Geral – igual ou superior a 1
LC = Liquidez Corrente – igual ou superior 1
Sendo:
LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)
SG = AT / (PC+ELP)
LC = AC / PC

Onde:

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

10.7.6. Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem;

10.7.6.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

10.7.6.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.7.7. Do Momento de Exigência:

10.7.7.1. Deverão ser apresentados pelas empresas as demonstrações contábeis do último e penúltimo exercício da seguinte forma:

c) As que não utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a partir de 1º de maio do ano corrente, de acordo com os arts. 1.065 e 1078, do Código Civil e arts. 132 e 133, da Lei Federal n.º 6.404/1976;

d) As que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), até o último dia útil do mês definido em portaria ou instrução normativa da Receita Federal do Brasil, vigente, que trata da matéria.

10.7.8. Composição Mínima das Demonstrações Contábeis:

10.7.8.1. As empresas deverão apresentar o Balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme o estabelecido nos artigos 1.179 e 1.180 do Código Civil (Lei n.º 10.406/02), apresentáveis de acordo com as regulamentações atualizadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que comprovem a aptidão econômica da empresa

10.7.8.2. No caso das ME/EPP e equiparadas que apresentarem as demonstrações contábeis, estas poderão optar pelo Modelo Contábil simplificado para ME/EPP e equiparadas, definido pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1002, de 18 de novembro de 2021.

10.7.8.3. Os balanços e demonstrações contábeis devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente copiados do livro diário, registrado na Junta Comercial do domicílio do licitante, devidamente autenticado por esta, conforme preceituam o artigo 1.181 do Código Civil e a Instrução Normativa n.º 82/21 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

10.7.8.4. Os balanços e demonstrações contábeis devem ser assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.7.8.5. Se houver no exercício exigível movimentação na conta lucros/prejuízos acumulados, que cause impacto no Patrimônio Líquido, poderá ser solicitado em diligência a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), para comprovação dos valores apresentados na referida conta, sendo essa de elaboração obrigatória como prevê o art. 176 da Lei Federal n.º 6.404/1976 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em seu pronunciamento de n.º 26. Ressaltando, que no caso da empresa elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), esta substitui a DLPA como preceitua o art. 186 da Lei Federal 6.404/1976.

10.7.8.6. As alterações da Lei 6.404/76, determinadas pela Lei Federal n.º 11.638/07 deverão constar do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, inclusive o parecer de auditoria aprovando as demonstrações contábeis para as sociedades enquadradas como de grande porte.

10.7.8.7. Os prazos de encerramento e fechamento de cada exercício social referente às demonstrações contábeis devem seguir as previsões estabelecidas para cada tipo societário, ou as previsões relativas de acordo com seu regime tributário.

10.7.9. As Sociedades submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme previsto no Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto n.º 7.979/13 e que pela legislação pertinente à Receita Federal do Brasil sejam obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar os seguintes documentos emitidos pelo próprio "sistema de escrituração digital" relativos às demonstrações contábeis já exigíveis nos termos da lei:

e) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;

f) Balanço Patrimonial;

g) Demonstração do Resultado do Exercício;

h) Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

10.7.10. Serão considerados autenticados os livros contábeis transmitidos pelas empresas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, na forma prevista pelo Decreto Federal n.º 8.683/16, cuja autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED.

10.7.11. As sociedades anônimas que publicarem o balanço patrimonial na forma da Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações, estarão dispensadas para o efeito deste certame, da apresentação dos documentos emitidos pelo sistema de escrituração digital (SPED), desde que sejam apresentadas as Demonstrações Contábeis publicadas com o respectivo parecer de auditoria que as aprova.

10.7.12. As Sociedades Anônimas deverão apresentar demonstrações contábeis:

i) Publicadas em jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial, na forma da Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações;

j) As sociedades anônimas de capital aberto, deverão apresentar o parecer de auditoria, referente às suas demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as alterações da Lei Federal n.º 6.404/1976, determinadas pela Lei Federal 11.638/07.

10.7.13. A exigência constante do subitem anterior aplica-se também às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

10.7.14. Considera-se de grande porte, para fins exclusivos deste certame a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver no exercício social anterior Ativo Total superior a R$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de acordo com o parágrafo único do art. 3º da Lei Federal n.º 11.638/07.

10.8. JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ NO EDITAL

I. Serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, não inferiores a 1, (um), ou seja, para cada um real de dívida de curto e de longo prazo, a empresa deverá possuir, no mínimo, um real de recursos disponíveis na somatória da mesma fração de tempo, ou seja, no curto prazo e também no longo prazo.

II. Será exigido ainda, o índice de Solvência Geral, que expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Exige-se, de igual modo, que para cada 1 (um) real de dívida a empresa disponha de, no mínimo, 1 (um) real correspondente no ativo total, ou seja, a empresa demonstrará pela capacidade de liquidação de suas obrigações, levando-se em conta todo o seu patrimônio (disponibilidades de curto e de longo prazo e patrimônio permanente), o que vale dizer, em caso de encerramento de suas atividades, no momento em que venha a ocorrer, a empresa evidenciará total solvência.

III. Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

IV. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.

V. Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica- se, portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

10.9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.9.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica: No mínimo, 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a proponente executado, de forma satisfatória, serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem de cenografia temática/eventos de grande porte em espaço público, abrangendo montagem de estruturas metálicas e iluminação decorativa (projeto luminotécnico).

10.9.1.1. Registro no Conselho de Classe (Empresa): Certidão de registro e regularidade da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

10.9.1.2. Responsabilidade Técnica (Profissional): Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico permanente (sócio, empregado ou contrato) profissional de nível superior legalmente habilitado como Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Arquiteto e Urbanista, detentor de registro ativo e regular no CREA ou CAU.

10.9.2. Não serão aceites atestados emitidos pela licitante em seu próprio nome. Poderão ser aceites vários atestados de forma que o seu somatório atenda à exigência deste edital;

10.9.3. Poderão ser aceitos vários atestados de forma que os somatórios dos mesmos atendam à exigência deste edital e seus anexos.

10.9.4. As empresas interessadas em participar da presente licitação deverão cumprir todas as especificações e exigências, conforme disposto no Termo de Referência.

10.10. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.10.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na proposta comercial feita no sistema do banco provedor no período de acolhimento de propostas, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, além da documentação prevista nos itens que tratam da habilitação, os seguintes documentos:

10.10.1.1. Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do § 4º. do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

10.10.1.2. Certidão expedida pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

10.10.2. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o(a) Pregoeiro (a) considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Pernambuco e no Município de Rio Formoso/PE, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente;

10.10.3. A não apresentação de qualquer documento citado no presente instrumento convocatório constituirá motivo de inabilitação da empresa licitante.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Atendida a todas as exigências mencionadas no instrumento convocatório, o objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta, desde que devidamente habilitado.

11.2. Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e seja aceite pela Administração, nos termos do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar o Termo de Contrato ou não mantiver as mesmas condições de habilitação, estará sujeito às penalidades previstas no art. 90 da Lei n.º 14.133/2021 e alterações. Neste caso, o Agente de Contratação / Pregoeiro examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respetivo licitante convocado para negociar a redução do preço ofertado.

11.4. A recusa injustificada do Licitante vencedor em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará o Licitante à aplicação das penalidades previstas neste edital.

11.5. O Termo de Contrato poderá ser rescindido e/ou extinto pelo CONTRATANTE:

11.5.1. Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;

11.5.2. Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo Município, desde que haja conveniência para a Administração;

11.5.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do adjudicatário, aceita pela Administração, durante o seu transcurso.

12.3. contratação efetiva e o início da prestação dos serviços dar-se-ão de forma integral, mediante a emissão da Ordem de Serviço (OS) pela Administração Municipal, em estrita observância ao cronograma fixado no Termo de Referência para as festividades de fim de ano.

12.4. Sempre que o proponente vencedor não atender à convocação no prazo estabelecido, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes (do cadastro de reserva), na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.5. O Contrato firmado com o fornecedor observará estritamente as minutas constantes nos Anexos deste Edital.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do contrato dar-se-á mediante a prestação dos serviços nas Praças e nos locais indicados pela contratante, dividida em três fases: Montagem, Manutenção (Prontidão) e Desmontagem/Limpeza.

13.2. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representantes das Secretarias demandantes formalmente designados (gestor e fiscal do contrato), em estrita observância ao art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei n.º 14.133/2021:

a) **Recebimento Provisório:** será efetivado pelo Fiscal Técnico logo após a conclusão da Fase de Montagem, com o teste de carga (acendimento global);

b) **Recebimento Definitivo:** dar-se-á após a conclusão da Fase de Desmontagem, condicionado à entrega, pela CONTRATADA, da cópia da ART recolhida, do relatório fotográfico e da entrega da praça limpa e sem danos ao patrimônio histórico.

13.4. Constatadas irregularidades, divergências técnicas, os serviços serão rejeitados, devendo a CONTRATADA proceder o refazimento integral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

13.5. A eficácia do contrato gerado a partir deste certame fica condicionada à publicação resumida no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

14. DAS SUPRESSÕES, ACRÉSCIMOS, REEQUILÍBRIO E REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. Em obediência ao art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no Termo de Contrato, inclusive o acréscimo de até 25%

(vinte e cinco por cento) de que trata o art. 125 da referida lei. Contudo, nas contratações (contratos ou ordens de fornecimento) decorrentes da Ata, a CONTRATADA obriga-se a aceitar eventuais supressões que se fizerem necessárias, limitadas a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial, podendo as supressões exceder este limite somente mediante acordo entre as partes.

14.2. Os preços registrados manter-se-ão firmes e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses.

14.3. Eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis (força maior ou caso fortuito) serão tratados via Reequilíbrio (Revisão) a qualquer tempo, mediante comprovação documental idônea apresentada pela CONTRATADA, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Na hipótese de prorrogação da vigência do Termo de Contrato, ou caso o fornecimento ultrapasse o interregno de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação da proposta ou da data-base do orçamento estimado, os preços registrados farão jus a reajuste em sentido estrito para recompor a perda inflacionária.

14.5. O índice adotado para o reajuste será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

14.6. O cálculo do reajuste será formalizado por simples apostilamento e obedecerá à seguinte fórmula matemática:

$$Pr = Po \times \left(\frac{I}{Io}\right)$$

Sendo:

Pr: *Preço reajustado;*

Po: *Preço inicial registado ou valor da proposta;*

I: *Número-índice do IPCA correspondente ao mês em que se completa a anualidade (mês do reajuste);*

Io: *Número-índice do IPCA correspondente ao mês da apresentação da proposta ou da data base do orçamento, conforme fixado no edital.*

14.7. O reajuste em sentido estrito deverá ser precedido de requerimento formal da CONTRATADA e não será concedido sobre parcelas de fornecimento em atraso por culpa exclusiva do próprio fornecedor.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a cada etapa de execução solicitada pelo Município, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada pelo fiscal técnico e pelo gestor do contrato.

15.2. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de ordem bancária creditada em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

15.3. Na emissão da Nota Fiscal / Fatura, a CONTRATADA deverá descrever o objeto obrigatoriamente em conformidade com a sua proposta comercial e a correspondente Ordem

de Fornecimento, indicando o número do processo licitatório, o número do Termo de Contrato e os seus dados bancários (banco, agência e conta corrente).

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento será interrompido e contado novamente a partir da respectiva regularização pela CONTRATADA.

15.5. O pagamento ficará condicionado à apresentação dos seguintes documentos devidamente válidos, juntamente com a Nota Fiscal:

a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

d) Provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada. bem como com a Fazenda Pública do **Município do Rio Formoso (PE)**.

15.6. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal vigentes, destacando-se a retenção do Imposto de Renda (IRRF) em conformidade com a IN RFB n.º 1234/2012 e regulamentos municipais aplicáveis. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão informar tal condição expressamente no documento fiscal.

15.7. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pelo índice IPCA, desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo desembolso, em estrita conformidade com o art. 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/2021.

15.8. É expressamente vedada a antecipação de pagamentos sem a efetiva contraprestação da execução dos serviços requeridos na ordem de fornecimento.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará rigorosamente o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, com acesso no portal http://www.licitardigital.com.br.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.5.1. Manifestada a intenção de interpor recurso, o licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual números de dias, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.6. Não serão conhecidas as impugnações nem os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante.

16.6.1. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

16.6.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico http://www.licitardigital.com.br.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração a licitante que fraudar a licitação, falhar na execução estrutural, não apresentar as certificações exigidas de segurança (NR-10, NR-35, ART) ou causar danos não reparados ao patrimônio público:

17.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.2.4. não apresentar certificações exigidas de segurança (NR-10, NR-35, ART);

17.2.5. apresentar proposta ou documentação técnica em desacordo com as especificações do edital;

17.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.2.8. apresentar documentação técnica falsificada ou adulterada

17.2.9. fraudar a licitação

17.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.3.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.3.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.3.3. não apresentar certificações exigidas de segurança (NR-10, NR-35, ART);

17.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.4.1. advertência;

17.4.2. multa;

17.4.3. impedimento de licitar e contratar e,

17.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.5.2. as peculiaridades do caso concreto

17.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.6. A multa será recolhida em percentual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.6.1. Para as infrações previstas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 17.2.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.6.2. Para as infrações previstas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 17.2.9, 17.3.4 e 17.3.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

17.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e 17.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 17.2.9, 17.3.4 e 17.3.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 17.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.2.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **EXCLUSIVAMENTE** no portal do http://www.licitardigital.com.br.

18.3.1. O documento enviado deverá conter nome e CPF quando se tratar de pessoa física, ou razão social e CNPJ quando se tratar de pessoa jurídica.

18.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando houver concessão de efeito suspensivo motivada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) nos autos do processo.

18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser devidamente fundamentada. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que resulte em alteração do edital que afete a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observando-se os mesmos prazos legais originais de divulgação.

18.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal http://www.licitardigital.com.br, no link correspondente.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do Município de Rio Formoso (PE), observando-se a estrita compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

19.2. As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes e/ou Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana.

19.3. A indicação da dotação orçamentária definitiva, acompanhada da respectiva classificação programática e econômica vinculada à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro correspondente, será atestada e juntada pelo setor contábil competente no momento da emissão da Nota de Empenho que preceder a assinatura do contrato ou Ordem de Fornecimento.

19.3.1. Natureza da Despesa:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
0205	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
1339202472.037	Apoio as Atividades Festivas, Culturais e Folclóricas
33903900	Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

20.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, consistindo numa mera expectativa de fornecimento, condicionada à conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária da Administração.

20.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação das suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e nos seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e dos seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as regras deste Edital

20.8. O Edital e os seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico http://http://www.licitardigital.com.br.

20.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos jurídicos, os seguintes anexos:

20.9.1. ANEXO I - Termo de Referência

20.9.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Rio Formoso - PE, 12 de novembro de 2026.

Edmar Paulo da Silva
Secretário de Turismo e Cultura

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 PREFEITURA
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 009/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. A elaboração do presente Termo de Referência atende ao que dispõe o inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às diretrizes normativas aplicáveis e aos parâmetros técnicos, estruturais e de segurança consolidados previamente no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. O presente instrumento tem por finalidade consolidar os elementos técnicos, operacionais e legais necessários para caracterizar o objeto, definir as condições de prestação dos serviços, os critérios de aceitabilidade, as responsabilidades das partes e as exigências rigorosas de habilitação e engenharia, visando assegurar a economicidade, a eficiência e a vantajosidade para a Administração Pública no âmbito do Município de Rio Formoso (PE).

1.3. A presente demanda visa à realização da programação natalina do Município de Rio Formoso/PE, mediante contratação de dois lotes: apresentação artística de Papai Noel e prestação de serviços de locação, montagem, instalação, manutenção preventiva e corretiva diária e desmontagem da ornamentação urbanística e cenográfica temática.

1.4. Esta contratação materializa o atendimento ao interesse público de fomento ao turismo regional, valorização do comércio varejista local e promoção do convívio social e cultural, garantindo um ambiente imersivo, lúdico e, sobretudo, estruturalmente seguro para os munícipes e visitantes.

1.5. Destaca-se que a contratação adotará a modelagem de adjudicação por Lotes 01 e 02, rechaçando-se o fracionamento em itens independentes.

1.5.1. A divisão em dois lotes independentes amplia a competitividade e permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por lote, conforme justificativa do planejamento e especificações da planilha.

1.6. Este documento visa ainda garantir aos potenciais interessados a clareza inquestionável necessária à exata compreensão do objeto a ser contratado, subsidiando-os com elementos arquitetônicos, métricos e de engenharia suficientes para a formulação de propostas justas e objetivas.

2. DO OBJETO

2.1. constitui objeto da presente licitação o Registro de preços Consignado em Ata para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos não continuados de locação, montagem, instalação, manutenção (preventiva e corretiva diária) e posterior desmontagem de Lote Único de Ornamentação Urbanística e Cenográfica Temática, alusiva às festividades de Natal e Réveillon do Município de Rio Formoso (PE), conforme especificações e exigências contidas no Edital e Termo de Referência, anexo ao presente instrumento.

2.2. A contratação visa à requalificação arquitetônica e paisagística temporária da Praça e do entorno da espaços públicos indicados pela Administração, contemplando o fornecimento de estruturas metálicas de grande porte, cenários interativos em fibra de vidro, elementos escultóricos de alto padrão e um complexo projeto luminotécnico em tecnologia LED.

2.3. O objeto descrito neste instrumento enquadra-se na classificação de bens e serviços comuns, em conformidade com a conceituação estabelecida no inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que os padrões de desempenho, qualidade estrutural e segurança elétrica podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado de arquitetura efêmera e cenografia.

2.4. A demanda não será processada via Sistema de Registro de Preços (SRP), visto tratar-se de contratação destinada à programação natalina do Município, com execução nos seguintes locais: Centro

da cidade, Distrito de Cocaú e Distrito de Conceição. A execução será amparada pela emissão da(s) respectiva(s) Ordem(ns) de Serviço pela Administração Municipal. O objeto será dividido em dois lotes independentes, com julgamento pelo menor preço por lote, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, sem prejuízo da integração operacional necessária à programação natalina.

O objeto será dividido em dois lotes independentes, com julgamento pelo menor preço por lote, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada segmento, sem prejuízo da integração operacional necessária à programação natalina.

2.2. A contratação visa à ornamentação urbanística e cenográfica temática dos espaços públicos do Centro da cidade, do Distrito de Cocaú e do Distrito de Conceição, contemplando o fornecimento/locação de estruturas metálicas, cenários decorativos, elementos escultóricos e projeto luminotécnico em tecnologia LED, conforme especificações e quantitativos deste Termo de Referência.

LOTE 01 – APRESENTAÇÃO DO PAPAI NOEL			
01	Contratação de profissional caracterizado como Papai Noel, devidamente trajado com vestimenta tradicional (casaco, calça, cinto, botas, luvas, gorro e barba postiça), para atuar como personagem natalino nas dependências da Praça Agamenon Magalhães, Distrito de Cocau e Distrito de Conceição. O ator deverá possuir boa comunicação, postura adequada e capacidade de interação com o público de diferentes faixas etárias, deverá interagir de forma cordial e respeitosa, posar para fotografias e contribuir para o clima festivo natalino.	Serviço	03
LOTE 02 – ORNAMENTAÇÃO NATALINA			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	UNIDADE	QUANT.
1	ÁRVORE DE NATAL PIXEL DIGITAL DE 10M ALTURA TOTAL : Deverá ser instalada uma árvore de natal pixel digital musical dançante, com estrutura de aço medindo 9m de altura x 4m de diâmetro da base e pelo menos 55cm de diâmetro do topo e mais 1m de altura referente a estrela (totalizando 10m); O mastro central deve ser feito de tubos de aço (com 1 polegada, 3/4 de polegada e espessura tubular de 1,20mm) treliçados com seção transversal quadrada e dimensões de 20cm x 20cm com acabamento pintado ou galvanizado para proteção contra intempéries; A base e o topo da árvore devem ser feitos com barra chata de aço de 2 pol x 1/4 pol pintadas ou galvanizadas para proteção contra intempéries e que servem de suporte para as tiras plásticas; Para reforço, os 4 raios da base devem ser feitos de tubo metálico retangular de 30mm x 50mm; O mastro utiliza um carrinho com rodas para poder levantar e abaixar o círculo superior da árvore (em que a estrela também é fixado). Esse movimento é feito com auxílio de um guincho manual e cabo de aço, possibilitando assim o acesso para manutenção. A iluminação da árvore deve ser feita por pixels que são leds que possuem uma tensão de funcionamento de 5V, diâmetro total de 12mm, grau de proteção IP68, são individualmente controlados através de um sinal digital e possuem cores RGB, ou seja, cores vermelho, verde e azul em cada led que quando combinadas permitem fazer praticamente todas as cores; Para encaixar os pixels no corpo da árvore devem ser usadas 42 tiras plásticas verdes com proteção UV e dimensões individuais de aproximadamente 9m de comprimento x 29mm de largura x 1mm de espessura e 100 furos de 12mm de diâmetro em cada tira com espaçamento de 8cm entre os furos; No corpo da árvore devem ser usados 4.200 pixels encaixados nos furos das 42 tiras plásticas (100 pixels por tira); A estrela deve ser dupla, com 1m de ponta a ponta e no mínimo 150 pixels, totalizando pelo menos 300 pixels no total das 2 estrelas (uma para cada lado da árvore) e devem ser feitas de polipropileno alveolar (poliondas) de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV; O sistema de controle elétrico deve possuir 4 fontes chaveadas com entrada de 220V e saída de 5V e 70A cada, com chaveamento geral da tensão de entrada das fontes e chaveamento individual, via contator tripolar de pelo menos 25A por polo e bobina de 220V, de cada conjunto de saídas positivas das fontes de 5V para estabilidade da tensão ao ligar o sistema. Deve possuir também uma interface que é capaz de controlar os 4.500 pixels (4.200 pixels do corpo da árvore + 300 pixels da estrela) e 13.500 canais, já que cada pixel usa 3 canais, um para cada cor. A interface ainda deve receber o sinal sACN E1.31, que possui todos os 13.500 canais dos pixels e é enviado pelo microcomputador, e converter para o padrão WS2811, que é o protocolo usado pelos pixels, usando 43 saídas de sinais independentes, sendo 42 para as tiras e 1	UND	01

	para a estrela dupla, a uma taxa de atualização mínima de todos os canais de 40 vezes por segundo para garantir a suavidade dos efeitos; Todo o sistema deve ser controlado através de um microcomputador que envia o sinal para a interface, possui saída de áudio para a caixa de som e conta com um software de gerenciamento para definir o horário de início e término do show de luzes, para definir a ordem das sequências de efeitos que serão reproduzidos, permite escolher em qual horário será feito o show musical, a reprodução de apenas efeitos, textos e cores estáticas. O sistema deve funcionar de forma automática todos os dias; As partes usadas no sistema de controle devem ficar dentro de caixas plásticas herméticas para proteção contra intempéries; Para reprodução das músicas na árvore, deve ser usada 1 caixa de som ativa (amplificada) de pelo menos 320W RMS, alto falante de 15 polegadas e com suporte para fixação na estrutura da árvore; O show musical deve ser composto por 20 músicas ou uma média de 60 minutos, que devem ser sincronizadas através de programa específico para este fim (processo de Timecode) para criar os efeitos da árvore e da estrela de acordo com a música e depois salvar os arquivos no microcomputador para reprodução. Também deve estar incluso: Frete dos equipamentos; Caminhão Muck para instalação e desmontagem da árvore de natal; Instalação dos equipamentos, com equipe qualificada (já com todos os custos inclusos como: passagens, hospedagem, refeição, impostos, horas extras e demais necessários); Emissão de ART de instalação registrada no CREA por engenheiro qualificado (a empresa também deve ter registro no CREA); Manutenção preventiva e corretiva, durante o período do evento de Natal, por uma pessoa que deverá ficar responsável na cidade e ter à disposição itens de uso comum e material extra para reposição, caso necessário; 16x Estrelas de 5 pontas de camada dupla de pixels. Cada enfeite deve possuir um recorte interno (em formato de estrela) que acompanha o formato externo e ao longo da estrela devem ser feitos 70 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As estrelas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 80cm de altura x 82cm de largura. Cada estrela deve ter 70 pixels. 4x Guirlandas com laço inferior. Cada enfeite deve possuir um recorte interno (em formato de guirlanda) que acompanha o formato externo e ao longo de cada guirlanda devem ser feitos 162 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As guirlandas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 1,20m de altura x 1,04m de largura. Cada guirlanda deve ter 162 pixels. 24x Flocos de Neve de 3 pontas com 6 ramos cada, além de mais 2 pontas como enfeite no meio de cada ramo. Cada enfeite deve possuir um recorte interno que acompanha o formato externo e ao longo do floco devem ser feitos 48 furos de 12mm para encaixe dos pixels. Os flocos devem ser feitos de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 60cm de altura x 50cm de largura. Cada floco deve ter 48 pixels. 8x Bengalas em formato de doce natalino. Ao longo da bengala devem ser feitos 50 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As bengalas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 1,10m de altura x 0,55m de largura. Cada bengala deve ter 50 pixels. 4x Botas do Papai Noel. Ao longo da bota devem ser feitos 88 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As botas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 1,14m de altura x 0,74m de largura. Cada bota deve ter 88 pixels.		
2	ELEMENTOS AÉREOS - ESTRELAS (POSTES): 60 estrelas construídas em vergalhão de aço (5/16mm), com tratamento antiferrugem e pintura primer, sendo 30 (trinta) grandes e 30 (trinta) pequenas. Revestimento em mangueira LED branco quente. Projetadas com abraçadeiras metálicas de fixação segura para postes, resistentes a trepidações e ventos.	UND	60
3	BONECO DE NEVE GIGANTE: 6,00m de altura. Esqueleto volumétrico em vergalhão de aço calandrado e soldado. Base autoportante de 3,00m, devendo possuir estaiamento estrutural contra tombamento por ventania. Revestido em malha acrílica translúcida (ou tela tensionada) e iluminação integral com estrobos IP65.	UND	05
4	ILUMINAÇÃO DECORATIVA - CHUVA DE METEORO: Tubos de LED SMD, vedação hermética (IP65 mínimo) para exposição contínua à chuva, com fontes estabilizadas (600 unidades distribuídas).	UND	30

5	POSTES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, sendo arabescos nos formatos de estrelas, revestidos de ferro galvanizado, 02 estrelas nas dimensões mínimas e aproximadas de 1,20m altura x 0,44m largura, e 01 estrela, nas dimensões mínimas e aproximadas de 1,52m altura x 0,68m largura. Revestimento em pintura eletrostática na cor branco quente. Sua iluminação é desenvolvida com mangueiras luminosas maciças com 13mm, com contorno duplo, composta por no mínimo 30 diodos emissores de luz (Leds) por metro linear, com visão 360º. O circuito elétrico da peça deve conter proteção siliconada interna e o cabo para ligação na rede deve ser em PP 2x1 .5mm² E ainda todos os insumos necessários elétricos e eletrônicos para levar a energia da rede elétrica pública para o acionamento diário e automático, e para o bom funcionamento destes elementos luminosos, seguindo as Normas Técnicas Brasileira NBR da ABNT.	UND	30
6	CASINHA DO PAPAI NOEL, Em Compensado e Pintura Esmalte Sintético, com as seguintes especificações: nas dimensões mínimas e aproximadas de 2,10M x 1,82m x 2m.	UND	02
7	TÚNEL DE LUZES em ferro galvanizado, com as seguintes especificações: nas dimensões mínimas e aproximadas de 1,70m de altura da base do túnel, somando com os arcos na parte superior, totalizando assim 2,30m altura x 2,40m de largura x 7,00m de comprimento Túnel de Luzes. Sua iluminação é desenvolvida com mangueiras luminosas maciças com 13mm, com contorno duplo, composta por no mínimo 30 diodos emissores de luz (Leds) por metro linear, com visão UND 1 R$ 3.725,14 R$ 3.725,14 360º. A fixação desta peça no solo deve ser de forma a garantir a segurança das pessoas e de resistir a todas as intempéries possíveis climáticas do local. Ao término e desmontagem do evento o piso local deve ser reconstruído e reparado, se necessário e por conta da empresa contratada neste projeto, conforme foi encontrado anteriormente a instalação desta peça, sem nenhum ônus para Prefeitura Municipal de Rio Formoso.	UND	02
8	PORTICO ESTRAGAMAVEL Pórtico Instagramável Tipo Bola de Natal com 4,10m x 4,27m modelo 3D2 Pórtico Instagramável Bola de Natal, deve ser capaz de fazer todas as cores e diversos efeitos, funcionar de forma automática. O pórtico deve possuir 4,10m de altura x 4,27m de largura, ser impresso diretamente no material (através de impressão UV para chapas rígidas) e envernizado de acordo com as cores e formas do desenho no material plástico (polipropileno alveolar de 8mm de espessura, branco). O enfeite deve ser fechado (contornado com o polipropileno), com impressão nas 2 faces e pixels nas 2 faces. Ele deve possuir uma estrutura de aço interna para sustentação e fixação no solo. Devem ser usados 1.720 pixels digitais para contorno do desenho, que são leds que possuem uma tensão de funcionamento de 5V, Prefeitura Municipal de Rio Formoso diâmetro total de 12mm, grau de proteção IP68, são individualmente controlados através de um sinal digital e possuem cores RGB, ou seja, cores vermelho, verde e azul em cada led que quando combinadas permitem fazer milhares de cores, e sistema de controle com fonte de 5V 70A para exibir os efeitos mapeados no formato do enfeite. O pórtico deve possuir uma abertura em formato de estrela de 5 pontas para passagem das pessoas no centro. Também deve estar incluso: Frete dos equipamentos; Instalação dos equipamentos, com equipe qualificada (já com todos os custos inclusos como: passagens, hospedagem, refeição, impostos, horas extras e demais necessários); Emissão de ART de instalação registrada no CREA por engenheiro qualificado (a empresa também deve ter registro no CREA); Manutenção preventiva e corretiva, durante o período do evento de Natal, por uma pessoa que deverá ficar responsável na cidade e ter à disposição itens de uso comum e material extra para reposição, caso necessário;	UND	02
9	LETREIRO "ANO 2027": Estrutura treliçada em metalon galvanizado 25x25 (fundo prime epóxi anticorrosivo). Numerais de 2,00m x 2,00m (numeral "0" em formato de túnel com 2,00m de profundidade). Revestimento em fita mangueira LED 5050 (branco quente, blindagem IP67). Cabeamento elétrico bitola 2.50mm, conectores isolados com fita auto-fusão e hastes de aterramento de cobre.	UND	02
10	PISCA PISCA EM CASCATA 20 m Decoração 8 Funções Natal Colorida 400 Leds Luzes Amarelo/branco, com visão 360º, para ornamentação das árvores do Município. PC 21 R$ 85,96 R$ 1.805,16 4 Instalação e Montagem de Ornamento Kit 5 Refletor Led Holofote 400w Ip66 Bivolt Luz Branco Frio, para Ornamentação do Município.	PC	80

3. DA FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação consubstancia-se como medida indispensável para o atendimento ao interesse público primário, evidenciando o nexo direto de causalidade entre a requalificação paisagística e cenográfica temporária do entorno da espaços públicos indicados pela Administração e o cumprimento das competências institucionais de fomento à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento econômico do município.

3.2. A demanda fundamenta-se na necessidade de celebrar as festividades inadiáveis de Natal e Réveillon com uma infraestrutura de excelência. A implantação deste projeto cria um ambiente lúdico, seguro e atrativo que estimula a circulação de pedestres em praça pública, consolidando o calendário de eventos e aquecendo diretamente o comércio varejista e o setor de serviços locais no período noturno.

3.3. A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

3.4. Conforme exaustivamente demonstrado e aprovado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução que melhor se adequa à contratação, visando à obtenção de vantajosidade e proteção ao erário, é a locação do acervo cenográfico agregada aos serviços de montagem, manutenção e desmontagem.

3.4.1. A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

3.5. Em observância à maximização da competitividade, inseparavelmente conjugada com a segurança operacional da engenharia, o certame adotará o critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTES 01 E 02.

3.6. A contratação será dividida em dois lotes independentes, correspondentes a serviços distintos: Lote 01 – apresentação artística de Papai Noel; e Lote 02 – locação, montagem, instalação, manutenção e desmontagem da ornamentação natalina. A divisão permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento, com julgamento pelo menor preço por lote.

3.6.1. Os serviços que compõem o Lote 01 possuem natureza artística e de entretenimento, enquanto os serviços do Lote 02 possuem natureza de locação, montagem, instalação e manutenção de estruturas cenográficas e iluminação decorativa, não havendo necessidade de agrupá-los em um único lote.

3.6.2. A execução de cada lote deverá observar as especificações, os prazos e as responsabilidades próprias, cabendo à Administração coordenar o calendário e a integração operacional das atividades da programação natalina.

3.7. A divisão em dois lotes independentes busca ampliar a competitividade e permitir a contratação de fornecedores especializados, preservada a coordenação da programação pela Administração Municipal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A contratação compreende, para o Lote 02, a prestação de serviços técnicos não continuados de locação, montagem, instalação, manutenção técnica (preventiva e corretiva) e posterior desmontagem de todo o acervo de Ornamentação Urbanística e Cenográfica Temática (Natal e Réveillon), a ser executada nos espaços públicos do Centro da cidade, do Distrito de Cocaú e do Distrito de Conceição, no Município de Rio Formoso (PE).

4.1.1. A solução inclui o fornecimento de toda a mão de obra especializada, equipamentos de elevação, ferramentas, materiais elétricos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

4.2. O objeto desta contratação não se enquadra nas vedações legais atinentes a aquisições de artigos de luxo ou ostentação, em estrito atendimento ao art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e aos normativos de controle interno do Tribunal de Contas. As especificações construtivas e de acabamento dos cenários (como a exigência de "pelagem realista" ou modelagem em "fibra de vidro") foram delineadas estritamente para garantir a durabilidade e a estabilidade das peças frente à exposição contínua às intempéries, assegurando o fomento turístico sem incorrer em superfaturamento estético.

4.3. As especificações operacionais foram estruturadas para suprir três frentes distintas de engenharia e cenografia, abrangendo integralmente as seguintes categorias e requisitos técnicos:

4.3.1. A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

4.3.2. Para assegurar a estabilidade das estruturas previstas na planilha do Lote 02, a contratada deverá apresentar, quando tecnicamente exigível, projeto, dimensionamento, fixação e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativos à montagem dos elementos de grande porte, observadas as normas aplicáveis e as condições do local.

4.3.3. A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

4.4. A adoção da modelagem de Locação Integral em Lotes 01 e 02 resolve o estrangulamento logístico do município. Esta solução permite que a gestão usufrua de um evento de grande magnitude sem a necessidade de construir galpões para armazenar peças colossais durante os 11 meses de inatividade, o que geraria depreciação por abandono, e sem desviar os servidores públicos locais para tarefas de alto risco elétrico e altura.

4.5. Condições de Execução e Manutenção Contínua: A solução garante a proteção do erário e a incolumidade pública ao exigir que a adjudicatária do Lote 02 preste assistência técnica durante o período de funcionamento da ornamentação. Para tanto, deverá disponibilizar equipe técnica de prontidão, composta por profissionais qualificados e veículos de apoio, conforme as necessidades dos serviços e as normas aplicáveis.

4.6. A futura contratada obrigar-se-á, através de sua equipe de prontidão, a realizar rondas diárias (ao longo das 10 diárias previstas) para a manutenção preventiva e corretiva dos cenários. Isso inclui a substituição imediata de cabeamentos rompidos, lâmpadas queimadas ou reparos em estruturas danificadas por chuvas e ventos fortes, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para a adequada satisfação da necessidade pública e garantia absoluta da qualidade arquitetônica e da segurança estrutural e elétrica durante a execução contratual, a futura contratada deverá observar e cumprir rigorosamente os seguintes requisitos técnicos, legais, operacionais e de governança:

5.2. Requisitos Técnicos, de Engenharia e de Segurança do Trabalho:

5.2.1. **Habilitação Profissional e ART/RRT:** A execução dos serviços de montagem de estruturas metálicas de grande porte e instalações elétricas deverá ser supervisionada e garantida por emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). A contratada deverá comprovar possuir em seu quadro técnico profissional de nível superior legalmente habilitado (Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Arquiteto e Urbanista), com registro ativo e regular no respectivo conselho de classe profissional (CREA ou CAU).

5.2.2. Elementos temáticos e decorativos: abrange os itens cenográficos e decorativos especificados na planilha do Lote 02, com acabamento adequado, resistência às condições climáticas e instalação em conformidade com as orientações da Administração.

5.2.3. Iluminação decorativa e segurança elétrica: a instalação e o funcionamento dos elementos luminosos previstos na planilha deverão observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto ao isolamento, proteção contra intempéries, aterramento, conexões e segurança das instalações elétricas.

5.2.4. **Equipe Técnica de Prontidão:** A contratada deverá mobilizar, manter e gerir, às suas exclusivas expensas, a Equipe Técnica de Prontidão (Item 1), dotada de veículos de apoio, para garantir a manutenção preventiva e corretiva diária dos cenários e iluminação, mitigando tempestivamente qualquer avaria ou risco elétrico originado por intempéries ou trânsito de pessoas.

5.3. Requisitos de Garantia e Responsabilidade Civil:

5.3.1. A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

5.3.2. **Responsabilidade Civil por Danos:** A contratada será a única e exclusiva responsável por danos materiais, físicos, morais ou estéticos, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE, ao patrimônio público (como a rede elétrica da concessionária, calçadas ou árvores), aos servidores ou a terceiros (população), decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência (como choques elétricos por má isolação ou tombamento de estruturas) na execução do objeto, isentando a Administração de quaisquer reclamações, ações judiciais ou indenizações.

5.3.3. **Logística Reversa e Resíduos:** Ao término do período de locação, caberá à contratada a total responsabilidade pela desmontagem, limpeza do espaço público e descarte/recolhimento ambientalmente adequado de todo o acervo e resíduos de montagem (fiação rompida, abraçadeiras e entulhos), não transferindo tal ônus para a coleta pública do município. A inadimplência para com encargos trabalhistas, fiscais ou ambientais não transfere para a Administração a responsabilidade pelo seu pagamento.

5.4. A contratada deverá manter, durante toda a execução da Ordem de Serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

5.5. Da Subcontratação:

5.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal (projetos estruturais de engenharia, instalações elétricas temporárias, fornecimento dos cenários e responsabilidade técnica civil/criminal), visto que a prestação do serviço requer emissão de ART/RRT intransferível e estritamente vinculada ao CNPJ e ao acervo técnico da empresa adjudicatária. Admite-se, contudo, a subcontratação subsidiária estritamente para os serviços acessórios de frete/transporte rodoviário de cargas.

5.6. Garantia da Contratação:

5.6.1. Será exigida a prestação de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de 2% (dois por cento) do valor global do contrato, visando salvaguardar o erário público municipal contra a inexecução técnica (como o não acendimento das luzes no prazo do evento) e cobrir eventuais danos estruturais ao patrimônio da praça.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da presente licitação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, os projetos em planta baixa e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. **Condições de Prestação, Fases e Execução dos Serviços:**

6.2.1. A contratação não se processará pelo Sistema de Registro de Preços. A execução do Lote 02 ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração Municipal, observando-se as seguintes etapas: mobilização, entrega e montagem; funcionamento e manutenção; desmontagem, retirada e limpeza.

6.2.2. O prazo para mobilização, entrega dos materiais e equipamentos, montagem e instalação integral da ornamentação será de até 05 (cinco) dias, contados da assinatura/recebimento da Ordem de Serviço, devendo a contratada concluir os serviços dentro desse prazo e deixar todos os elementos testados e em condições seguras de funcionamento.

6.2.3. Fase de Funcionamento e Manutenção: Após a conclusão da montagem, a ornamentação permanecerá instalada e em funcionamento durante o período das festividades, cuja abertura oficial e calendário serão definidos posteriormente pela Administração Municipal. Durante esse período, a contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, manter equipe técnica de prontidão e providenciar os reparos e substituições necessários, sem ônus adicional para a Administração.

6.2.4. Fase de Desmontagem: A contratada deverá concluir a desmontagem, retirada de todos os materiais, equipamentos e estruturas, bem como a limpeza e a recomposição dos espaços públicos eventualmente afetados, até o dia 07 de janeiro de 2027.

6.2.5. **A instrução para o pagamento da execução deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes documentos técnicos:**

a) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro (RRT) de execução dos projetos estruturais e elétricos, devidamente recolhida junto ao CREA/CAU;

b) Relatório Fotográfico comprovando a estabilidade das bases (estaiamento do Boneco de Neve e do Balão), a ancoragem não destrutiva na espaços públicos indicados pela Administração e o pleno acendimento de todo o projeto luminotécnico;

c) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) devidamente atestada pelos fiscais.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por representantes da Administração, designados formalmente por portaria da autoridade competente, em estrita observância ao art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. **Da Atuação do Fiscal Técnico (Engenharia e Arquitetura):**

7.2.1. Considerando a complexidade do evento, o Fiscal Técnico acompanhará in loco a execução dos serviços do Lote 02, competindo-lhe especialmente:

a) acompanhar e verificar a conformidade da entrega, montagem e instalação das estruturas, equipamentos e elementos de ornamentação com as especificações, os quantitativos e os locais definidos neste Termo de Referência;

b) acompanhar a realização dos testes de funcionamento, verificar as condições de segurança estrutural e elétrica e registrar as ocorrências durante o período de funcionamento e manutenção da ornamentação;

c) rejeitar peças avariadas, materiais em desconformidade com as especificações ou serviços que apresentem risco à segurança ou causem danos aos espaços públicos, determinando a correção pela contratada.

7.3. **Do Recebimento Provisório e Definitivo:**

7.3.1. O **Recebimento Provisório** será efetivado pelo Fiscal Técnico logo após a conclusão da *Fase de Montagem*, consubstanciado no teste de carga (o acendimento global das luzes e liberação da praça para o público), atestando que o evento pode ser inaugurado com segurança.

7.3.2. O **Recebimento Definitivo** apenas será emitido e consubstanciado mediante termo formal assinado pelo Gestor e pelo Fiscal Técnico **após o término da Fase de Desmontagem**. A Administração só atestará a nota fiscal para pagamento após verificar que a contratada recolheu todas as estruturas locadas e entregou o patrimônio público (praça, pisos, árvores e fachadas da igreja) intacto e rigorosamente limpo.

8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. **Das Responsabilidades da CONTRATADA:**

A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

b) **Engenharia e Certificações:** Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução estrutural e elétrica, e garantir que todo o seu pessoal possua certificação válida e atualizada nas Normas Regulamentadoras NR-10 (Eletricidade) e NR-35 (Trabalho em Altura).

A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

d) **Equipe de Prontidão e Manutenção:** Manter a Equipe Técnica de Prontidão (Item 1) operante com veículos de apoio, assumindo a responsabilidade integral pela integridade estrutural e elétrica do evento. Providenciar a imediata substituição de cordões de LED IP67 inoperantes, o reparo de tecidos/revestimentos e a reancoragem de peças, sem qualquer ônus financeiro adicional para a Administração.

e) Responsabilidade Civil e Patrimonial: Assumir total e exclusiva responsabilidade por danos físicos, materiais, morais ou estéticos causados à CONTRATANTE, à rede elétrica local ou a terceiros, decorrentes de imperícia (como curtos-circuitos ou tombamento de estruturas). Garantir que a fixação na espaços públicos indicados pela Administração seja totalmente não destrutiva, arcando com a restauração imediata caso haja danos à alvenaria do patrimônio.

f) **Logística Reversa e Encargos:** Proceder à completa desmontagem, varrição do espaço público e logística reversa de todo o acervo e entulhos ao fim do contrato. A inadimplência para com encargos comerciais, fiscais, trabalhistas e ambientais não transfere para a CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

8.2. **Das Responsabilidades da CONTRATANTE:**

a) **Acompanhamento e Recebimento:** Acompanhar *in loco* a execução de todas as fases através do Fiscal Técnico designado (competente nas áreas de infraestrutura/engenharia) e, após a rigorosa conferência da estabilidade estrutural, aterramento elétrico (uso de DR) e estética dos cenários, proceder à emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo.

b) **Rejeição de Execução Irregular:** Comunicar formalmente à CONTRATADA eventuais ineficácias de segurança, ausência da equipe de prontidão, divergências nos materiais (ex: uso de tecidos inflamáveis ou luzes sem proteção IP65/IP67) ou danos à infraestrutura da praça, procedendo à rejeição da medição e do pagamento até a completa adequação por parte da empresa.

c) **Adimplemento Financeiro:** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estipulado, estritamente após a verificação de conformidade, aceite definitivo da fase de desmontagem e emissão do respectivo documento atestado pelo fiscal do contrato.

d) Apoio Operacional e Trânsito: Proporcionar o acesso livre e seguro das equipes da CONTRATADA à praça, articulando previamente com o órgão de trânsito local o cronograma de interdição das vias no entorno da espaços públicos indicados pela Administração para permitir o posicionamento de caminhões munck, além de indicar/liberar os pontos de conexão de carga elétrica da rede pública para a energização do projeto luminotécnico.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. **Da Execução e da Medição:**

9.1.1. O pagamento ficará estritamente condicionado ao cumprimento integral e satisfatório das três fases operacionais do contrato (Montagem, Manutenção Diária e Desmontagem/Limpeza), sendo a medição realizada com base no valor global adjudicado para o Lotes 01 e 02, sem faturamento fracionado por metro quadrado.

9.1.2. A liquidação da despesa ocorrerá apenas após a rigorosa conferência técnica e aprovação pelo Fiscal Técnico (Engenharia/Infraestrutura) e Gestor do Contrato, mediante a entrega obrigatória do dossiê de encerramento contendo:

a) Cópias das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registros (RRTs) de execução estrutural e elétrica devidamente quitadas;

b) Relatório Fotográfico demonstrando o pleno funcionamento luminotécnico durante o evento e a devolução da praça e da espaços públicos indicados pela Administração em perfeito estado de conservação e limpeza pós-desmontagem;

c) Listagem de presença atestando a atuação diária da Equipe Técnica de Prontidão.

9.2. **Do Prazo de Pagamento:**

9.2.1. A Administração efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do adimplemento da obrigação (liquidação da despesa, que se consolida com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pós-desmontagem). O trâmite exigirá a apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) devidamente atestada, acompanhada da comprovação atualizada de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e do registro da empresa no CREA/CAU.

9.2.2. A ineficácia técnica na manutenção (como deixar parcelas significativas da ornamentação apagadas), a constatação de estruturas instáveis, a ausência de EPIs pelos montadores (NR-10 e NR-35) ou a ocorrência de danos não reparados à alvenaria da espaços públicos indicados pela Administração implicarão a recusa do documento fiscal. Nesses casos, o pagamento ficará retido até a completa regularização, reparo do patrimônio ou aplicação das penalidades cabíveis (glosas) por parte da CONTRATANTE.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa (como a perda da regularidade fiscal da empresa), o prazo para pagamento será interrompido e contado novamente a partir da respectiva regularização.

9.3. **Da Forma de Pagamento:**

9.3.1. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de ordem bancária (Transferência Eletrônica ou PIX institucional), creditada em conta corrente bancária de titularidade da própria CONTRATADA, sendo terminantemente vedada a negociação da fatura com instituições financeiras ou fomento mercantil (factoring) através de modalidade que não seja a legalmente permitida e previamente anuída pela Administração.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

10.1.1. A contratação dos serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem da Ornamentação Urbanística e Cenográfica será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, em conformidade com o art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.2. A execução dos elementos de ornamentação deverá observar integralmente as especificações, materiais, dimensões e quantitativos constantes da planilha do Lote 02, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

10.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos jurídicos, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiros e técnicos, nos estritos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021:

10.2.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.2.2.1. Empresário individual: inscrição no Registo Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respetiva sede;

10.2.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.2.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registo Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respetiva sede, acompanhada de documento comprobatório dos seus administradores;

10.2.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registo Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório dos seus administradores;

10.2.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respetivamente, no Registo Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registo Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registo onde tem sede a matriz.

10.2.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.2.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.2.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.2.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.2.5.3. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Graus emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tjpe.

10.2.5.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contáveis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que

comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, nos termos do art. 69, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

10.2.5.5.A comprovação da boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, cujos resultados deverão ser **maiores que 1 (um)**, apurados mediante a aplicação das fórmulas contábeis padrão em vigor (com base nos dados do balanço exigido no subitem anterior);

10.2.5.6. Justificativa para a exigência dos índices (art. 69 da Lei nº 14.133/2021): A exigência de índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente superiores a 1 (um) justifica-se pela necessidade de verificar a capacidade econômico-financeira da licitante para assumir os custos de mobilização, transporte, locação ou disponibilização de estruturas cenográficas, montagem, instalação elétrica, manutenção durante as festividades e posterior desmontagem, bem como suportar as despesas operacionais e de pessoal até o efetivo pagamento pela Administração, mitigando o risco de inexecução contratual.

10.2.5.7. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices previstos no subitem 10.2.5.5 deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do lote para o qual apresentarem proposta, como requisito alternativo de qualificação econômico-financeira, observadas as disposições legais aplicáveis.

10.2.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.2.6.1. **Atestado de Capacidade Técnica:** Comprovação de aptidão para a prestação de serviços compatíveis em características, complexidade e escala com o objeto desta licitação. O licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços de locação, montagem e manutenção de cenografia temática/eventos de grande porte em espaço público, abrangendo montagem de estruturas metálicas e iluminação decorativa (projeto luminotécnico temporário).

10.2.6.2. **Registro no Conselho de Classe (Empresa):** Atestado de registro e regularidade da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sua região de sede, com jurisdição válida ou visto para atuar no estado de Pernambuco.

10.2.6.3. **Responsabilidade Técnica (Profissional):** Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico permanente (na condição de sócio, empregado com vínculo trabalhista, ou contrato de prestação de serviços) profissional de nível superior legalmente habilitado como **Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Arquiteto e Urbanista**, detentor de registro ativo e regular no CREA ou CAU. Este profissional será o responsável por assinar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referentes à estabilidade das montagens e segurança das instalações elétricas do evento.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa do valor global da contratação foi estruturada em estrita conformidade com o art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando como parâmetro oficial a pesquisa de mercado (cotações com fornecedores especializados em cenografia e arquitetura efêmera), consubstanciando o valor máximo aceitável para o certame.

11.2. O quadro geral de pesquisa de preços foi consolidado em formato de tabela, refletindo o teto máximo admitido para o certame, com a totalidade dos itens aglutinados no Lotes 01 e 02.

11.3. A consolidação dos valores de referência para locação, montagem, manutenção e desmontagem encontra-se detalhada na seguinte matriz de custos, baseada no levantamento original da demanda e ajustada tecnicamente:

LOTE 01 – APRESENTAÇÃO DO PAPAI NOEL

ITEM	DESCRIÇÃO SINTÉTICA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de profissional caracterizado como Papai Noel, devidamente trajado com vestimenta tradicional (casaco, calça, cinto, botas, luvas, gorro e barba postiça), para atuar como personagem natalino nos espaços públicos do Centro da cidade, Distrito de Cocaú e Distrito de Conceição. Serão realizadas 03 (três) apresentações, em dias distintos, com duração de 03 (três) horas cada, em datas e horários a serem definidos de comum acordo, conforme calendário da Administração Municipal. O profissional deverá possuir boa comunicação, postura adequada e capacidade de interação com o público de diferentes faixas etárias, interagindo de forma cordial e respeitosa e posando para fotografias.	UNID	03	R$1.295,90	R$3.887,70

LOTE 02 – ORNAMENTAÇÃO NATALINA

ITEM	DESCRIÇÃO SINTÉTICA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ÁRVORE DE NATAL PIXEL DIGITAL DE 10M ALTURA TOTAL : Deverá ser instalada uma árvore de natal pixel digital musical dançante, com estrutura de aço medindo 9m de altura x 4m de diâmetro da base e pelo menos 55cm de diâmetro do topo e mais 1m de altura referente a estrela (totalizando 10m); O mastro central deve ser feito de tubos de aço (com 1 polegada, 3/4 de polegada e espessura tubular de 1,20mm) treliçados com seção transversal quadrada e dimensões de 20cm x 20cm com acabamento pintado ou galvanizado para proteção contra intempéries; A base e o topo da árvore devem ser feitos com barra chata de aço de 2 pol x 1/4 pol pintadas ou galvanizadas para proteção contra intempéries e que servem de suporte para as tiras plásticas; Para reforço, os 4 raios da base devem ser feitos de tubo metálico retangular de 30mm x 50mm; O mastro utiliza um carrinho com rodas para poder levantar e abaixar o círculo superior da árvore (em que a estrela também é fixado). Esse movimento é feito com auxílio de um guincho manual e cabo de aço, possibilitando assim o acesso para manutenção. A iluminação da árvore deve ser feita por pixels que são leds que possuem uma tensão de funcionamento de 5V, diâmetro total de 12mm, grau de proteção IP68, são individualmente controlados através de um sinal digital e possuem cores RGB, ou seja, cores vermelho, verde e azul em cada led que quando combinadas permitem fazer praticamente todas as cores; Para encaixar os pixels no corpo da árvore devem ser usadas 42 tiras plásticas verdes com proteção UV e dimensões individuais de aproximadamente 9m de comprimento x 29mm de largura x 1mm de espessura e 100 furos de 12mm de diâmetro em cada tira com espaçamento de 8cm entre os furos; No corpo da árvore devem ser usados 4.200 pixels encaixados nos furos das 42 tiras plásticas (100 pixels por tira); A estrela deve ser dupla, com 1m de ponta a ponta e no mínimo 150 pixels, totalizando pelo menos 300 pixels no total das 2 estrelas (uma para cada lado da árvore) e devem ser feitas de polipropileno alveolar (poliondas) de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV; O sistema de controle elétrico deve possuir 4 fontes chaveadas com entrada de 220V e saída de 5V e 70A cada, com chaveamento geral da tensão de entrada das fontes e chaveamento individual, via contator tripolar de pelo menos 25A por polo e bobina de 220V, de cada conjunto de saídas positivas das fontes de 5V para estabilidade da tensão ao ligar o sistema. Deve possuir também uma interface que é capaz de controlar os 4.500 pixels (4.200 pixels do corpo da árvore + 300 pixels da estrela) e 13.500 canais, já que cada pixel usa 3 canais, um para cada cor. A interface ainda deve	UNID	01	R$6.761,00	R$6.761,00

	receber o sinal sACN E1.31, que possui todos os 13.500 canais dos pixels e é enviado pelo microcomputador, e converter para o padrão WS2811, que é o protocolo usado pelos pixels, usando 43 saídas de sinais independentes, sendo 42 para as tiras e 1 para a estrela dupla, a uma taxa de atualização mínima de todos os canais de 40 vezes por segundo para garantir a suavidade dos efeitos; Todo o sistema deve ser controlado através de um microcomputador que envia o sinal para a interface, possui saída de áudio para a caixa de som e conta com um software de gerenciamento para definir o horário de início e término do show de luzes, para definir a ordem das sequências de efeitos que serão reproduzidos, permite escolher em qual horário será feito o show musical, a reprodução de apenas efeitos, textos e cores estáticas. O sistema deve funcionar de forma automática todos os dias; As partes usadas no sistema de controle devem ficar dentro de caixas plásticas herméticas para proteção contra intempéries; Para reprodução das músicas na árvore, deve ser usada 1 caixa de som ativa (amplificada) de pelo menos 320W RMS, alto falante de 15 polegadas e com suporte para fixação na estrutura da árvore; O show musical deve ser composto por 20 músicas ou uma média de 60 minutos, que devem ser sincronizadas através de programa específico para este fim (processo de Timecode) para criar os efeitos da árvore e da estrela de acordo com a música e depois salvar os arquivos no microcomputador para reprodução. Também deve estar incluso: Frete dos equipamentos; Caminhão Muck para instalação e desmontagem da árvore de natal; Instalação dos equipamentos, com equipe qualificada (já com todos os custos inclusos como: passagens, hospedagem, refeição, impostos, horas extras e demais necessários); Emissão de ART de instalação registrada no CREA por engenheiro qualificado (a empresa também deve ter registro no CREA); Manutenção preventiva e corretiva, durante o período do evento de Natal, por uma pessoa que deverá ficar responsável na cidade e ter à disposição itens de uso comum e material extra para reposição, caso necessário; 16x Estrelas de 5 pontas de camada dupla de pixels. Cada enfeite deve possuir um recorte interno (em formato de estrela) que acompanha o formato externo e ao longo da estrela devem ser feitos 70 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As estrelas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 80cm de altura x 82cm de largura. Cada estrela deve ter 70 pixels. 4x Guirlandas com laço inferior. Cada enfeite deve possuir um recorte interno (em formato de guirlanda) que acompanha o formato externo e ao longo de cada guirlanda devem ser feitos 162 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As guirlandas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 1,20m de altura x 1,04m de largura. Cada guirlanda deve ter 162 pixels. 24x Flocos de Neve de 3 pontas com 6 ramos cada, além de mais 2 pontas como enfeite no meio de cada ramo. Cada enfeite deve possuir um recorte interno que acompanha o formato externo e ao longo do floco devem ser feitos 48 furos de 12mm para encaixe dos pixels. Os flocos devem ser feitos de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 60cm de altura x 50cm de largura. Cada floco deve ter 48 pixels. 8x Bengalas em formato de doce natalino. Ao longo da bengala devem ser feitos 50 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As bengalas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 1,10m de altura x 0,55m de largura. Cada bengala deve ter 50 pixels. 4x Botas do Papai Noel. Ao longo da bota devem ser feitos 88 furos de 12mm para encaixe dos pixels. As botas devem ser feitas de polipropileno alveolar de 8mm de espessura, na cor branca com proteção UV e possuir 1,14m de altura x 0,74m de largura. Cada bota deve ter 88 pixels.				

02	ELEMENTOS AÉREOS - ESTRELAS (POSTES): 60 estrelas construídas em vergalhão de aço (5/16mm), com tratamento antiferrugem e pintura primer, sendo 30 (trinta) grandes e 30 (trinta) pequenas. Revestimento em mangueira LED branco quente. Projetadas com abraçadeiras metálicas de fixação segura para postes, resistentes a trepidações e ventos.	UND	60	R$530,50	R$31.830,00
03	BONECO DE NEVE GIGANTE: 6,00m de altura. Esqueleto volumétrico em vergalhão de aço calandrado e soldado. Base autoportante de 3,00m, devendo possuir estaiamento estrutural contra tombamento por ventania. Revestido em malha acrílica translúcida (ou tela tensionada) e iluminação integral com estrobos IP65.	UND	05	R$1.417,33	R$7.086,65
04	ILUMINAÇÃO DECORATIVA - CHUVA DE METEORO: Tubos de LED SMD, vedação hermética (IP65 mínimo) para exposição contínua à chuva, com fontes estabilizadas (600 unidades distribuídas).	UND	30	R$86,62	R$2.598,60
05	CASINHA DO PAPAI NOEL, Em Compensado e Pintura Esmalte Sintético, com as seguintes especificações: nas dimensões mínimas e aproximadas de 2,10M x 1,82m x 2m.	UND	02	R$5.687,27	R$11.374,54
06	TÚNEL DE LUZES em ferro galvanizado, com as seguintes especificações: nas dimensões mínimas e aproximadas de 1,70m de altura da base do túnel, somando com os arcos na parte superior, totalizando assim 2,30m altura x 2,40m de largura x 7,00m de comprimento Túnel de Luzes. Sua iluminação é desenvolvida com mangueiras luminosas maciças com 13mm, com contorno duplo, composta por no mínimo 30 diodos emissores de luz (Leds) por metro linear, com visão UND 1 R$ 3.725,14 R$ 3.725,14 360º. A fixação desta peça no solo deve ser de forma a garantir a segurança das pessoas e de resistir a todas as intempéries possíveis climáticas do local. Ao término e desmontagem do evento o piso local deve ser reconstruído e reparado, se necessário e por conta da empresa contratada neste projeto, conforme foi encontrado anteriormente a instalação desta peça, sem nenhum ônus para Prefeitura Municipal de Rio Formoso.	UND	02	R$8.269,74	R$16.539,48
07	PORTICO ESTRAGAMAVEL Pórtico Instagramável Tipo Bola de Natal com 4,10m x 4,27m modelo 3D2 Pórtico Instagramável Bola de Natal, deve ser capaz de fazer todas as cores e diversos efeitos, funcionar de forma automática. O pórtico deve possuir 4,10m de altura x 4,27m de largura, ser impresso diretamente no material (através de impressão UV para chapas rígidas) e envernizado de acordo com as cores e formas do desenho no material plástico (polipropileno alveolar de 8mm de espessura, branco). O enfeite deve ser fechado (contornado com o polipropileno), com impressão nas 2 faces e pixels nas 2 faces. Ele deve possuir uma estrutura de aço interna para sustentação e fixação no solo. Devem ser usados 1.720 pixels digitais para contorno do desenho, que são leds que possuem uma tensão de funcionamento de 5V, Prefeitura Municipal de Rio Formoso diâmetro total de 12mm, grau de proteção IP68, são individualmente controlados através de um sinal digital e possuem cores RGB, ou seja, cores vermelho, verde e azul em cada led que quando combinadas permitem fazer milhares de cores, e sistema de controle com fonte de 5V 70A para exibir os efeitos mapeados no formato do enfeite. O pórtico deve possuir uma abertura em formato de estrela de 5 pontas para passagem das pessoas no centro. Também deve estar incluso: Frete dos equipamentos; Instalação dos equipamentos, com equipe qualificada (já com todos os custos inclusos como: passagens, hospedagem, refeição, impostos, horas extras e demais necessários); Emissão de ART de instalação registrada no CREA por engenheiro qualificado (a empresa também deve ter registro no CREA); Manutenção preventiva e corretiva, durante o período do evento de Natal, por uma pessoa que deverá ficar responsável na cidade e ter à disposição itens de uso comum e material extra para reposição, caso necessário;	UND	02	R$9.151,67	R$18.303,34

08	LETREIRO "ANO 2027": Estrutura treliçada em metalon galvanizado 25x25 (fundo prime epóxi anticorrosivo). Numerais de 2,00m x 2,00m (numeral "0" em formato de túnel com 2,00m de profundidade). Revestimento em fita mangueira LED 5050 (branco quente, blindagem IP67). Cabeamento elétrico bitola 2.50mm, conectores isolados com fita auto-fusão e hastes de aterramento de cobre.	UND	02	R$11.124,51	R$22.249,02
09	PISCA PISCA EM CASCATA 20 m Decoração 8 Funções Natal Colorida 400 Leds Luzes Amarelo/branco, com visão 360º, para ornamentação das árvores do Município. PC 21 R$ 85,96 R$ 1.805,16 4 Instalação e Montagem de Ornamento Kit 5 Refletor Led Holofote 400w Ip66 Bivolt Luz Branco Frio, para Ornamentação do Município.	PC	80	R$159,03	R$12.722,40

Valor do Lote 02: R$ 129.465,03 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e três centavos)

11.4. O valor global estimado da contratação, correspondente ao somatório dos Lotes 01 e 02, é de **R$133.352,73 (cento e trinta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos)**, conforme planilha de custos consolidada constante deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do Município de Rio Formoso (PE), observando-se a estrita compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

12.2. Considerando a natureza transversal do fomento cultural e turístico, a contratação será custeada com recursos próprios do tesouro municipal, vinculados às dotações específicas das secretarias requisitantes, nomeadamente: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes e/ou Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana.

12.3. A indicação da dotação orçamentária definitiva, acompanhada da respectiva classificação programática e econômica vinculada à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro correspondente, será formalmente atestada e juntada pelo setor contábil e financeiro competente antes da formalização do contrato e emissão da Ordem de Serviço, em estrita obediência ao art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
0205	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
1339202472.037	Apoio as Atividades Festivas, Culturais e Folclóricas
339039	Pessoa Jurídica

Rio Formoso/PE, 12 de novembro de 2026.

Edmar Paulo da Silva
Secretário de Turismo e Cultura

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 PREFEITURA
PREGÃO ELETRÕNICO (RP) Nº 009/
CONTRATO Nº ……../ 2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A Prefeitura Municipal do DE Rio Formoso - PE E A EMPRESA Informe o nome da contratada, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICAM.

Aos Clique para informar o dia de expedição do contrato dias do mês de Clique para informar o mês de celebração do contrato do ano de Clique para informar o ano de celebração do contrato, a **Prefeitura Municipal do** de **Rio Formoso - PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº: Clique para informar o CNPJ, com sede à **Rua Barão do Rio Branco, 153 – Centro - CEP 55.570-000, Rio Formoso/PE**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu/sua representante legal o Sr. Clique para informar a autoridade competente, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Clique para informar o endereço da autoridade competente, portador(a) do RG nº. Clique para informar o RG, e do CPF nº Clique para informar o CPF, e do outro lado, a empresa Informe o nome da contratada, com sede à Informe o endereço da contratada inscrita CNPJ/NP sob o nº Informe o CNPJ, doravante aqui denominada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Informe o representante da contratada inscrito(a) no CPF/MF sob o nº Informe o CPF, portador(a) do cédula de identificação nº Informe documento de identidade, tendo em vista o que consta do PROCESSO LICITATÓRIO Nº **070/2026** PREFEITURA, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº **009/**, Homologado em _____/____/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais pertinentes, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos não continuados de locação, montagem, instalação, manutenção (preventiva e corretiva diária) e posterior desmontagem de Ornamentação Urbanística e Cenográfica Temática, alusiva às festividades de Natal e Réveillon do Município de Rio Formoso (PE), conforme especificações e exigências contidas no Edital e Termo de Referência, anexo ao presente instrumento convocatório.

1.1. Especificação técnica resumida do objeto:

Item	Descrição Detalhada	Marca/Modelo	Unid.	Quant. Máxima	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
[Nº]	[Transcrever do Edital/Proposta]	[A preencher]	UND	[Quant.]	[A preencher]	[A preencher]

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência;
II - O Edital da Licitação;
III - A Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura, abarcando o prazo para a mobilização, execução integral dos serviços (montagem, manutenção diária no período festivo e desmontagem), os procedimentos de recebimento e a liquidação financeira.

2.2. A garantia técnica e estética dos serviços executados abrangerá exclusivamente o período de vigência das festividades (Fase de Manutenção), obrigando-se a Contratada a manter a Equipe Técnica de Prontidão in loco para reparos imediatos, extinguindo-se esta obrigação com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pós-desmontagem.

2.3. Os prazos de execução poderão ser prorrogados mediante termo aditivo, com fundamento no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que ocorra motivo justificado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL

3.1 – O valor global do presente contrato é de R$ Informe o valor da contratação

3.2 – Os preços são firmes e irreajustáveis, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, frete, seguros e despesas com a garantia.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

4.2. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, mediante a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

CLÁUSULA QUINTA –DO MODELO DE EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser iniciados e executados em estrita observância ao cronograma técnico estabelecido na Ordem de Serviço expedida.

5.2. O local de prestação abarca toda a infraestrutura física das unidades designadas pela CONTRATANTE.

5.3. Da Subcontratação: É expressamente vedada a subcontratação do escopo principal do contrato (montagem estrutural, instalações elétricas e responsabilidade técnica atestada via ART/RRT).

5.3.1. Admite-se, de forma subsidiária e mediante prévia autorização da fiscalização do contrato, a subcontratação exclusivamente para os serviços acessórios de frete e transporte rodoviário dos bens locados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
0205	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
1339202472.037	Apoio as Atividades Festivas, Culturais e Folclóricas
339039	Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES

8.1. Das obrigações da CONTRATADA

8.1.1. Executar as intervenções com máximo rigor técnico e científico. A CONTRATADA assume o compromisso irrevogável de efetuar repasses, reforços ou novas aplicações, sem qualquer ônus financeiro à CONTRATANTE, caso seja detectada a reinfestação da praga alvo no perímetro tratado antes do esgotamento da validade consignada no Certificado de Garantia Técnica.

8.1.2. Executar o objeto do contrato, conforme fixado no Termo de Referência, anexo ao Edital contrato.

8.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

8.1.4. Atender, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

8.1.7. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

8.1.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

8.1.9. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato.

8.1.10. Responsabilizar-se pelas correções na execução do objeto contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, quando ocorrer qualquer tipo de dano;

8.2. Das obrigações da CONTRATANTE

8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

8.2.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

8.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pela Contratada correspondente à prestação dos serviços.

8.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a sessão pública eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou instrumento equivalente;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que executar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(3) compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;

II – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

III – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

IV – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

V – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;

VI – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

VIII – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IX – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

X – utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XI – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIII – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XIV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de a Contratada enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVI – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

e) O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

9.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

9.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Cadastro de Fornecedores do Município.

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Decreto Municipal pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

I. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

II. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

III. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

IV. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

11.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1 – Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato do presente Contrato e de seus eventuais termos aditivos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, como condição indispensável para a sua eficácia, no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura, em estrita conformidade com o art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. – Fica facultada ou subsidiária a publicação de extrato do contrato no Diário Oficial do Município ou em meio de imprensa oficial de circulação local, atendendo aos princípios da publicidade e da transparência administrativa, bem como às orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Formoso - PE para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio Formoso - PE (PE), Clique ou toque aqui para inserir uma data..

_____

Contratante

_____

Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

CPF: _____ CPF: _____

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2026 PREFEITURA
PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº 009/

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

A Prefeitura Municipal do de Rio Formoso - PE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº: Clique para informar o CNPJ, com sede à Rua Barão do Rio Branco, 153 – Centro - CEP 55.570-000, Rio Formoso/PE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por sua/sua representante legal o(a) Sr(a). Clique para informar a autoridade competente, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), residente e domiciliado(a) na Clique para informar o endereço da autoridade competente, portador(a) do RG nº. Clique para informar o RG, e do CPF nº Clique para informar o CPF, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a secretaria de Administração e Finança como **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº** 009/, Homologada em _____/_____/2026, e de outro lado, as empresas adjudicatárias nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Decreto Municipal Pertinente, que regulamenta o art. 82 da Lei nº Rio 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – **DO FORNECEDOR REGISTRADO**: A partir desta data, fica(m) registrado(s) nesta **Prefeitura Municipal do**, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos não continuados de locação, montagem, instalação, manutenção (preventiva e corretiva diária) e posterior desmontagem de Ornamentação Urbanística e Cenográfica Temática, alusiva às festividades de Natal e Réveillon do Município de Rio Formoso (PE), conforme especificações e exigências contidas no Edital e Termo de Referência, anexo ao presente instrumento convocatório. Conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital e proposta apresentada pela vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº 009/.

Empresa Informe o nome da contratada, com sede à Informe o endereço da contratada inscrita CNPJ/NP sob o nº Informe o CNPJ, telefone: (___)_____, representada por seu(sua) Escolher um item., Sr(a). Informe o representante da contratada, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº Informe o CPF, portador(a) da cédula de identificação nº Informe documento de identidade.

LOTE: .....

Item	Descrição Detalhada	Marca/Modelo	Unid.	Quant. Máxima	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
[Nº]	[Transcrever do Edital/Proposta]	[A preencher]	UND	[Quant.]	[A preencher]	[A preencher]

2 – **DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela **Prefeitura Municipal do** ou interessados mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº 009/.

2.1 – O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de PREGÃO ELETRÔNICO (RP) Nº 009/.

2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3 - **DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**: A **Prefeitura Municipal do Rio Formoso - PE** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 – Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

4 – **DOS PREÇOS**: A qualquer tempo, conforme previsto no Decreto Municipal pertinente, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **Prefeitura Municipal do de Rio Formoso - PE** convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1 – Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o órgão gerenciador poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

4.3 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **Prefeitura Municipal do Rio Formoso - PE** à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.

5 – **DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021, com renovação dos saldos, nos termos do Decreto Municipal nº31/2025 e das orientações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

6 - **DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

7 – **DO FORO**: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro de **Rio Formoso - PE**, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Rio Formoso, _____ de _____ de 2026.

_____
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

_____
(EMPRESA)
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome:_____

CPF nº: _____ CPF nº: _____